

NOTAS ECONÓMICAS

2

ALBERT O. HIRSCHMAN A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA — DOIS ANOS DEPOIS

JOSÉ VEIGA TORRES A VIDA FINANCEIRA DO CONSELHO GERAL DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO

PEDRO NOGUEIRA RAMOS LE RÔLE DU CRÉDIT DANS LES MODÈLES MACROÉCONOMIQUES

CONSTANTINO REI/JOÃO LISBOA DIMENSÃO E DESEMPENHO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PORTUGUESAS

JAIME FERREIRA O CINEMA — DOCUMENTÁRIO E FICÇÃO — COMO DOCUMENTO E DISCURSO HISTÓRICO

AMADEU LOPES SABINO O TRATADO DE MAASTRICHT NA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

FERNANDO FREIRE DE SOUSA PARA ALÉM DOS DOGMAS: REFLEXÕES SOBRE O LIBERALISMO E A ECONOMIA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COCUMBIÓC



A Retórica da Intransigência — dois anos depois*

Albert O. Hirschman Institute for Advanced Study, Princeton, New Jersey

resumo

Este texto, de que aqui se publica a tradução portuguesa, foi apresentado pelo autor na Universidade de Harvard e nas Jornadas da FEUC, em Abril de 1993.

O autor retoma as questões desenvolvidas no seu último livro (*A Retórica da Intransigência*), tendo em conta críticas que entretanto surgiram. Revela igualmente alguns aspectos do percurso intelectual que o levou da elaboração de um manifesto sobre a retórica da reacção ao exercício de “auto-subversão” que, afinal, acabou por ser este livro quando enveredou pela aplicação das teses características da retórica reaccionária à retórica progressista.

Por fim, este texto contém as reflexões, em forma de conselhos que, segundo o autor, são úteis para os responsáveis de projectos de reforma.

Concretiza-se, assim, um objectivo diferente do inicialmente previsto pelo autor: o livro ganha uma nova utilidade enquanto guia para uma nova retórica “progressista”.

resumé / abstract

Ce texte, publié ici dans sa traduction portugaise, a été présenté par son auteur à l'université de Harvard et au cours des “Jornadas da FEUC” en avril 1993. L'auteur reprend la problématique développée dans son dernier livre (*Deux siècles de rhétorique réactionnaire*), tout en prenant en considération certaines remarques apparues depuis sa publication. Il révèle également quelques uns des aspects de la démarche intellectuelle qui l'a conduit à la conception d'un manifeste sur la rhétorique réactionnaire à l'exercice de “l'auto-subversion”. Ce manifeste devient ce livre lorsque les thèses caractéristiques de la rhétorique réactionnaire sont appliquées à la rhétorique progressiste.

Enfin, ce texte contient les réflexions, en forme de conseils, qui selon l'auteur sont utiles à tous les rénovateurs. Il concrétise ainsi un objectif différent de celui initialement prévu: le livre gagne une nouvelle utilité en tant que guide pour une nouvelle rhétorique “progressiste”.

The original version of this article was first delivered at Harvard University and later presented at the Jornadas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, in April 1993.

The author resumes the questions earlier developed in his last book, *The Rhetoric of Reaction*, taking here into account some of the critiques meanwhile produced. He also reveals the intellectual path that led him from his original intention of writing a tract against the rhetoric of reaction to the exercise of “self-subversion” that eventually this book came to be, when the theses of the reactionary rhetoric are applied to the progressive rhetoric.

The final part of this text contains some advice-like remarks which, according to the author, may be useful to reformers. As a guide to a new progressive rhetoric, the book acquires an aim different from the one originally envisaged by the author.

* O título original é *The Rhetoric of Reaction*, mas, como o próprio autor adiante refere, as traduções italiana, mexicana e brasileira optaram, tal como aqui, por *Retórica da Intransigência*, um título que, aliás, o próprio Hirschman chegou a propor ao editor americano (N.T.).

Tradução de Teresa Lello, em colaboração com Joaquim Feio.

Porquê retomar o tema tão cedo?

Há várias razões que podem levar um autor a pegar de novo, não no “clássico” escrito trinta anos antes (uma forma de narcisismo muito comum e largamente aceite), mas num livro que só recentemente tenha publicado. Uma dessas razões poderá ser um acesso grave daquilo a que os franceses chamam *esprit de l’escalier* (humor de escada): pensar, só à saída, ao descer a escada, numa réplica brilhante que se poderia ter dado durante a festa. Outra possibilidade é o livro ter sido atacado e surgirem novas ideias ao autor, no momento em que responde aos detractores da sua obra. Pode também acontecer que, ao reflectir sobre esse livro, o autor descubra uma relação com anteriores obras suas e a queira explorar. Enquanto trabalhamos num livro novo, estamos quase sempre providencialmente protegidos pela ilusão de que se trata de uma aventura nova e original. E pode ser necessário sentir isso para conseguirmos começar. No fim, porém, é que descobrimos que um determinado raciocínio aí utilizado está intimamente relacionado com uma anterior afirmação nossa ou até em contradição com ela.

Espero que não restem dúvidas de que posso invocar todos estes argumentos para, tão cedo, voltar a pegar no meu último livro (Hirschman, 1991). Há, ainda, uma outra razão que, embora mais fortuita, é talvez mais decisiva: escrevi o livro quase todo entre 1985 e 1989, ou seja, antes da súbita queda do comunismo na Europa de Leste (apesar de, no Prefácio, ter feito referência à queda do muro de Berlim) e, portanto, muito antes do fim da era Reagan-Bush nos Estados Unidos. Escrevi-o durante essa fase, aparentemente infundável, como um manifesto — convenientemente erudito e académico, mas mesmo assim um manifesto — contra as triunfantes posições neo-conservadoras então assumidas em matéria de política económica e social. A questão que surge é saber qual a utilidade ou função desse livro na nova situação. É isso que aqui será tratado.

I — Perversidade e inutilidade: algumas distinções importantes

Em primeiro lugar, tenho novas observações a fazer sobre os três longos capítulos que tratam das teses da perversidade, da inutilidade e da ameaça. Para alguns críticos, atribuí primazia à da perversidade. É uma ideia falsa que pode ficar a dever-se ao facto de o capítulo sobre ela ter sido o único a vir a público separadamente: como *Tanner Lecture* (Hirschman, 1989a) e, com maior divulgação, na revista *The Atlantic* (Hirschman, 1989b). O argumento da perversidade, aquele que primeiro nos ocorre como estratégia retórica convincente quando precisamos de um argumento terminante contra a nova reforma, é sem dúvida, a objecção mais impressionante e, talvez, mais demolidora ao que Merton chamou “acção social deliberada”. Foi justamente por isso que lhe concedi precedência na minha exposição, sem lhe atribuir, contudo, qualquer espécie de primazia. Pelo contrário, enquanto ia escrevendo o livro, comecei por ficar cada vez mais interessado na tese da inutilidade e nas, até agora, mal reconhecidas diferenças entre ambas. Pouco depois, viria a interessar-me ainda mais pela tese da ameaça, uma tese mais complexa, com uma dimensão histórica. Esta mudança de interesse da minha parte reflecte-se no crescente número de páginas que dediquei a cada uma delas: 32 à perversidade, 39 à inutilidade e 52 à ameaça.

Ao rever, agora, estes capítulos, vêm-me ao espírito coisas importantes. Com a tese da perversidade, voltei a tocar num tema bem conhecido das ciências sociais: os efeitos involuntários da acção humana. Foi uma agradável surpresa verificar que há ainda descobertas a fazer nesse terreno já muito explorado. Comecei por observar uma mudança bastante brusca, embora pouco reconhecida, na evolução histórica do conceito. Nas obras de Pascal, Nicole, Vico, Mandeville, Adam Smith e até no *Fausto* de Goethe, o que basicamente a ideia retém é que as acções individuais movidas pela ambição, ou outros paixões funestas e iníquas, podem ter um efeito social positivo e benéfico. Essas situações assemelham-se ao que muitas vezes se chama “vantagem oculta”. Foi só com a Revolução Francesa que surgiu a ideia das consequências involuntárias em casos muito diferentes, designadamente, em relação a um processo durante o qual acções humanas “bem intencionadas” produzem efeitos sociais não pretendidos e desastrosos. A própria expressão “efeito perverso” nasceu, de facto, da interpretação “moderna” do conceito de consequências involuntárias. Talvez não seja por acaso que a expressão (“efeito perverso”) se tenha tornado tão popular em França, o país cuja história revolucionária é responsável pela transformação do primitivo significado do conceito, ou seja, o de vantagem oculta.

Foi precisamente devido a esta evolução histórica do conceito que tentei aprofundar a diferença entre consequências involuntárias e efeitos perversos, uma distinção há já muito tempo feita por Robert Merton no





seu célebre artigo *The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action* (1936). Chamei a atenção para a alteração semântica que tende a aproximar “involuntário” de “indesejável” e afirmei que o efeito perverso actua como íman para quantos detestam a complexidade, anseiam por certezas e, conseqüentemente, se sentem pouco à vontade com o conceito de efeitos involuntários:

“O efeito perverso, que parece ser apenas uma variante do conceito de conseqüências involuntárias, é mesmo de certo modo a sua negação e até adulteração. O conceito de conseqüências involuntárias introduziu, originalmente, incerteza e indeterminação no pensamento social, mas fugindo a essa nova liberdade os promotores dos efeitos perversos regressaram à concepção de um universo social totalmente previsível” (Hirschman, 1991: 36-37).

Como já afirmei, com esta observação não pretendo negar a existência de efeitos perversos. Convém, no entanto, explorar e confrontar alguns critérios para os quais podemos estar intelectualmente mais predispostos.

A recente *Darwin Lecture* de Amartya Sen é um notável contributo para este tipo de análise (Sen, 1992). O autor demonstra-nos que a perspectiva darwinista da evolução — ao sublinhar a selecção natural num ambiente determinado, ou num ambiente em lenta mutação — se “concentra na adaptação das espécies e não na transformação do meio onde as espécies vivem”. Na perspectiva de Darwin, a reprodução e o progresso das espécies dependiam das forças impessoais, descentralizadas, mas absolutamente infalíveis, da selecção natural. Esta visão assemelhava-se, um pouco, à forma como a “mão invisível” de Adam Smith, ou o mecanismo do mercado concorrencial, deveria proporcionar o equilíbrio económico e o progresso.

A descoberta desses processos tão benéficos foi um feito notável que permitiu que o progresso emergisse radioso de uma luta feroz, mas que, segundo Sen, comportava não só uma predilecção por esses processos, compreensível, embora talvez excessiva, como também uma hostilidade a outras formas possíveis de progresso. Essas outras formas — por exemplo, a alteração das condições de “luta pela vida” — eram encaradas como “intromissões”, “manipulações” ou “interferências” e quase automática e imponderadamente consideradas ineficazes ou, ainda pior, “perversas”.

No meu livro, demonstrei como os diferentes argumentos reacçãoários — sobretudo a tese da perversidade — retiraram força das afinidades que têm com mitos da Antiguidade, por exemplo, *hybris* e *nemesis*, Édipo e outros imagens de uma Divina Providência vingativa. À origem dessas tendências no inconsciente colectivo, pode agora acrescentar-se a poderosa influência de uma importante doutrina científica.

Permitam-me recapitular as duas distinções que faço no meu livro sobre o conceito de conseqüências involuntárias dos actos humanos. Em primeiro lugar, na evolução histórica do conceito houve uma súbita alteração de sentido durante a Revolução Francesa, ao passar da noção de “vantagem oculta” para (essencialmente) a de “efeito perverso”. Em segundo lugar, distingi claramente entre uma precaução geral com as várias conseqüências involuntárias dos actos humanos, uma atitude fundamental em qualquer trabalho crítico das ciências sociais, e uma procura, obstinada e desvirtuada, limitada aos efeitos perversos, transformados na verdadeira vitória do investigador.

Faço uma terceira distinção no caso da tese da inutilidade: entre actos com conseqüências involuntárias que alteram, de várias formas, o resultado efectivamente pretendido, e actos que não têm qualquer efeito ou influência sobre a realidade. Em vez de um efeito secundário mais ou menos previsível e mais ou menos favorável, temos aqui um efeito “nulo” e daí a expressão “tese da inutilidade”. Longe de mim a ideia de pretender comparar a descoberta deste efeito nulo à célebre invenção do conceito de zero dos hindús e dos árabes, mas a clara distinção entre as teses da perversidade e da inutilidade permitiu estabelecer dois tipos de raciocínio muito diferentes sobre a resistência da ordem social aos actos e à planificação humana. No caso do efeito perverso, o universo social é considerado extremamente mutável, uma realidade onde qualquer alteração provoca múltiplas reacções contrárias e imprevistas; no caso do efeito inútil, pelo contrário, o universo social é considerado extremamente estável, para além de se estruturar segundo leis imanentes que a intervenção humana é incapaz de modificar (Hirschman, 1991: 72). Com contrastes tão evidentes, estes dois raciocínios, embora com frequência utilizados em conjunto, são muitas vezes logicamente incompatíveis. Em todo o caso, têm um valor e uma força argumentativa muito diferentes, sendo a tese da inutilidade bastante mais depreciativa para os defensores da mudança e da reforma do que a da perversidade.

II — A tese da ameaça e as suas ramificações



Vou agora tratar do capítulo mais longo do livro, o da tese da ameaça. Segundo este raciocínio, uma reforma pode pôr em risco algo já existente que foi dificilmente conquistado. Para escrever este capítulo vi-me obrigado a estudar a história fascinante das duas principais revisões da lei eleitoral inglesa no século XIX (a de 1832 e a de 1867), as duas leis que transformaram o sistema político inglês de oligarquia em democracia. Os debates parlamentares sobre estas leis, sobretudo as intervenções dos seus opositores, forneceram-me provas evidentes da supremacia do argumento da ameaça. Afirmou-se vezes sem conta que a adopção dessas leis poria seriamente em risco uma velha e inigualável conquista da Inglaterra, a Liberdade, por outras palavras, as liberdades individuais dos seus cidadãos.

Também no nosso século, quando a discussão passou para o domínio da segurança social e das políticas sociais do Estado, os opositores dessas transformações invocaram frequentemente que as medidas propostas representavam um considerável perigo para as liberdades individuais e para a democracia. O melhor exemplo do que acabo de afirmar são os escritos polémicos de Friedrich Hayek na sua célebre obra *Road to Serfdom* (1944), mas também em trabalhos posteriores, por exemplo, *The Constitution of Liberty* (1960). Esse argumento foi também muito utilizado em debates mais recentes, quando se afirmava que a expansão do Estado-Providência prejudicava a “governabilidade das democracias”, uma preocupação muito invocada pelos conservadores na década de 1970.

Como os críticos do meu livro não deixaram de notar, a simples observação de que houve propostas de transformação que foram, de facto, atacadas com um ou mais dos referidos argumentos “retóricos” constitui, sem dúvida alguma, só por si, a negação daquilo que se pretendeu demonstrar. Na verdade, quando se verifica que o mesmo argumento (digamos, a tese da perversidade) é frequentemente aproveitado para atacar uma enorme variedade de políticas ou de simples propostas, suspeita-se que a sua utilização é uma resposta automática, um *cliché*, e assim, é pouco provável que a sua eficácia seja igual em todos casos. Além disso, quanto à tese da ameaça, a rejeição implícita do argumento deve-se ao simples facto de ele ter sido invocado quando a história enveredou ostensivamente por um caminho diferente daquele que os primitivos avisos sugeriam. Por exemplo, o recurso à tese da ameaça na Inglaterra do século XIX — a advertência de que o alargamento do direito de voto significaria a morte da liberdade — surge, retrospectivamente, como um exemplo de alarmismo obtuso.

1. Quando uma coisa pressagia a outra: o quadro do síndrome da “imobilização”

Com uma dimensão histórica tão rica, a tese da ameaça abriu-me novas perspectivas de investigação ou pelo menos de interesse. Em primeiro lugar, o frequente recurso ao argumento da ameaça e a influência que tantas vezes teve no desenrolar de processos históricos de mudança obrigaram-me a reflectir, sobretudo devido ao meu anterior interesse por processos sequenciais de desenvolvimento que, aliás, também defendi. O facto de um país ou um grupo de pessoas enveredar por uma via forçosamente sequencial, correndo o risco de ficar imobilizado logo numa das fases iniciais, seria vantajoso ou desvantajoso? Até aqui, sempre acreditei que a possibilidade de dividir um conjunto de objectivos inter-relacionados — como o célebre “círculo vicioso” da pobreza ou do subdesenvolvimento — numa série de fases sucessivas era algo que devia merecer muita atenção. Mas as soluções verdadeira ou supostamente sequenciais perderiam muito da sua atracção se corressem o risco de ser interrompidas.

Talvez seja útil, portanto, observar mais de perto o síndrome da imobilização e as circunstâncias em que ocorre e em que talvez se desenvolva. Neste momento, tudo o que posso fazer é delimitar as múltiplas dimensões deste tema, recorrendo a exemplos e ilustrações históricas de diferentes áreas do universo social.

Começo por referir a situação que primitivamente me levou a formular este conceito de “imobilização”, ou seja, a passagem daquilo que T. S. Marshall considerou a segunda fase da cidadania, a fase em que estão garantidas as liberdades individuais e o direito de voto aos homens, para a terceira fase, ou seja, a fase em que os direitos dos cidadãos à educação, à saúde, a um bem-estar mínimo e à segurança económica serão também garantidos e amplamente respeitados. Especificamente a propósito desta passagem ou desta sequência desejada, mas não garantida, sublinhei no meu livro que:

“uma sociedade que tenha lutado pela defesa destas liberdades [individuais] corre o risco de passar por certas dificuldades quando posteriormente procurar estabelecer políticas globais de bem-estar social. Os



valores que, em determinada fase, se ajustam bem a essa sociedade — como a defesa do supremo valor do individualismo, sublinhando a iniciativa individual e a responsabilidade individual — podem, mais adiante, vir a ser um obstáculo quando for necessário acentuar os valores da solidariedade e da comunidade” (Hirschman, 1991: 131).

As instituições de um Estado-Providência assentam num princípio de solidariedade que eventualmente pode criar certas tensões com a tradição liberal. Daí que quanto mais profundamente enraizados estiverem os valores liberais de um país e quanto mais orgulhoso ele se sentir desse património, tanto mais provável será que a tese da ameaça encontre terreno fértil no momento em que se tente implantar garantias ou políticas de um Estado social. Isto não significa que seja impossível criar ou chegar a um acordo sobre as medidas de carácter social a adoptar, nem tão-pouco que para um país onde não existam liberdades individuais nem medidas de carácter social, seja “preferível” passar directamente para o Estado-Providência sem antes ter estabelecido as liberdades individuais. Seria, por isso, interessante analisar as dificuldades específicas que alguns países podem sentir quando tentam realizar determinadas transições ou sequências.

Outro domínio em que uma sequência, outrora considerada “normal” ou até fácil e auto-induzida, acaba, mais tarde, por ser reconhecida como uma situação cheia de obstáculos é a industrialização dos países menos desenvolvidos. Refiro-me à industrialização com um nexo de causalidade endógeno (*backward linkage*), um processo em que “uma coisa leva à outra”, e que eu próprio considerei um percurso sequencial original, característico dos países de industrialização “tardia” do século XX (Hirschman, 1958). Na realidade, logo na altura em que descrevi este processo e lhe chamei “desenvolvimento desequilibrado”, aponte algumas das suas dificuldades intrínsecas. Frisei, sobretudo, que há várias razões que podem induzir os industriais que entraram no processo na fase dos “retoques finais” ou das “pinceladas do valor acrescentado” a entravar uma via de expansão da industrialização não promovendo, e até desencorajando, a produção dos produtos intermédios e da maquinaria que normalmente importam. Escrevi a este propósito, resumindo esse tipo de oposições, que “se por um lado, os primeiros passos [desta forma de industrialização] são fáceis de dar, por outro podem dificultar os passos seguintes” (Hirschman, 1958: 118-119). Quanto retomei este tema, dez anos mais tarde, analisei melhor essa resistência e citei-a como argumento a favor de uma confiança, maior do que habitual, na intervenção do Estado nos novos processos de industrialização¹. Essa manifestação do síndrome da imobilização não tinha desaparecido nos analistas e intelectuais latino-americanos. Depois de uma breve euforia inicial, generalizou-se o desencantamento com a industrialização e surgiram os ataques e as críticas acerbas apelidando-a de “truncada”, “fragmentada”, “desintegrada”, etc. (Hirschman, 1992a).

Essa sensação de imobilização não parece, à primeira vista, ter muito a ver com a tese da ameaça, mas o elo de ligação não está muito longe. Segundo a tese da ameaça, uma transformação já consumada pode ser posta em risco por uma nova transformação. No caso que acabámos de referir, seriam as empresas que poderiam ver os seus lucros ameaçados pela produção interna de bens que nesse momento importavam. São os interesses particulares dessas empresas que ditam a sua oposição, moderada ou veemente, à entrada de novos membros para o grupo².

Há um capítulo mais célebre na história da industrialização que pode servir de exemplo do síndrome da imobilização ou pelo menos de uma conhecida variante, o síndrome da imobilização *relativa*, isto é, ficar para trás depois de ter estado à frente. O caso mais espantoso é o do líder historicamente incontestado, a indústria britânica, que demonstrou, já nas últimas décadas do século XIX, ser incapaz de acompanhar os seus concorrentes da Alemanha, dos Estados Unidos, etc., de dia para dia mais bem sucedidos. Este tema inspirou uma extensa literatura, mas um factor da “penalização pelo início precoce”, para utilizar a expressão de Veblen, quase incontestadamente apontado é a recusa dos industriais britânicos de se adaptarem ou de responderem aos novos padrões de organização e de financiamento que já tinham dado boas provas noutros países³. Por outras palavras, não estavam dispostos a pôr em risco o seu estilo de vida.

1 Nessa época, a análise da taxa de protecção efectiva (por oposição à nominal) revelou o papel particularmente insidioso dessas resistências (Cf. Hirschman, 1971: 107, 110, n. 28).

2 Na União Soviética e nos seus satélites de Leste registaram-se dificuldades semelhantes para completar a industrialização, mas em sentido contrário. Ai deu-se sempre primazia à criação de indústria pesada e de máquinas, mas a que seria a fase “seguinte”, aquela em que se procuraria satisfazer as necessidades do consumidor, nunca se atingiu. Sobre as diferenças entre as experiências de “imobilização” da América Latina e da União Soviética, cf. Hirschman, 1992a.

3 Cf. Elbaum e Laznick (org.) (1986), uma análise individual de diferentes indústrias, e a recensão desta obra feita por Kirby (1992).



Numa interpretação tão ampla como esta do síndrome da imobilização, podem caber outras experiências importantes, embora a relação com a tese da ameaça se atenuie. Outro exemplo interessante é o caso do direito de voto em França. Como é sabido, a França foi o primeiro país a conceder o direito de voto a todos os homens. O princípio foi instituído, no auge da Revolução, pela Constituição de 1793, mas este documento viria, pouco depois, a ser alterado não tendo chegado a haver quaisquer eleições enquanto vigorou. Mesmo assim, em 1848, a França foi ainda o primeiro país a realizar eleições num regime de sufrágio universal para os homens, depois de este ter sido reinstaurado pela Revolução de Fevereiro. Mas foi aí que o direito de voto ficou imobilizado em França: iria ser necessário quase um século até que, em 1944, o direito de voto fosse concedido às mulheres. Em países onde o direito de voto dos homens foi instituído bastante mais tarde, as mulheres esperaram menos tempo até o conseguirem para si. Muitos dos países que se tornaram independentes no século XX, concederam o direito de voto simultaneamente a homens e mulheres.

Segundo um extenso e rigoroso estudo recentemente publicado, as decisões de 1773 e 1848, e a inerente discriminação das mulheres, tinham um importante fundamento filosófico e doutrinal: apesar dos protestos de Condorcet e de algumas feministas, entre as quais Olympe de Gouges, a opinião geral dos revolucionários era semelhante à de Rousseau ao considerar que apenas os homens integravam a *res publica*. Só os homens eram reconhecidos como indivíduos e cidadãos, já que as mulheres e as crianças pertenciam ao domínio privado, doméstico e familiar, ou esfera natural (Rosanvallon, 1992: 103-145, 393-412).

Depois de o sufrágio universal para os homens ter sido justificado através de uma distinção conceptual tão elaborada entre os géneros masculino e feminino, estava criado um obstáculo de monta ao alargamento do sufrágio às mulheres. Além disso, depois de os homens terem obtido o direito de voto, podia argumentar-se, com fundamentos menos teóricos, que a concessão desse direito às mulheres teria consequências calamitosas na recém-estabelecida ordem democrática: a família, esse alicerce da sociedade, poderia correr perigo se a opção de voto fosse tema de discórdia entre marido e mulher (Rosanvallon, 1992: 397); acresce ainda que, como as mulheres estavam mais sujeitas à influência da Igreja, os seus votos confeririam aos resultados eleitorais um pendor clerical e anti-republicano (Rosanvallon, 1992: 394). Estes argumentos, com o seu claro sabor de ameaça, fascinaram de tal forma a esquerda e a direita dos sucessivos parlamentos franceses que, durante décadas, impediram a concessão do direito de voto às mulheres.

Tentei demonstrar com estes exemplos que o síndrome da imobilização, de tão omnipresente no tempo e no espaço, merece grande atenção dos estudiosos da transformação social. Além disso, nos tempos que correm, com tantas mudanças e transições na ordem do dia dos vários países onde o comunismo ruiu, é extremamente importante estar atento a ele. As tarefas que aí são geralmente consideradas urgentes incluem a democratização, as privatizações, a reestruturação económica, a estabilização macroeconómica, as indemnizações aos antigos proprietários e por aí fora.

Actualmente tem-se escrito muito sobre qual deverá ser a ordem a seguir para resolver, de forma suave e expedita, todos esses problemas. E essa literatura sobre a escolha da “sequência” adequada recorda-me o meu livro *The Strategy of Economic Development* (Hirschman, 1958) onde trato extensamente a questão das diferentes sequências de investimento nas economias em desenvolvimento. Distingui, sobretudo, entre aquilo a que chamei sequências de desenvolvimento “permissivas” e sequências de desenvolvimento “compulsivas” e defendi as mais “compulsivas” (ou impulsivas), aquelas que muitas vezes parecem “pôr o carro à frente dos bois”. A inter-relação da estrutura das actividades económicas levou-me, na altura, a pensar apenas em termos das pressões *mais* ou *menos* fortes que um determinado passo em frente pode exercer para a concretização do passo seguinte, por exemplo, pressões directas das infraestruturas sobre as actividades produtivas ou vice-versa⁴. Parece que ainda hoje prevalece uma opinião semelhante (e essencialmente optimista) a respeito das sequências, mas com o que disse pretendo apenas lembrar que, em matéria de

4 Quando há tempos revi a questão das sequências “desequilibradas” e da distinção entre sequências “compulsivas” e “permissivas”, chamei a atenção para a possível existência de uma sequência “contra o vento”. Neste caso, um país ou uma sociedade pretende avançar em duas direcções — por exemplo, crescimento e igualdade —, mas acontece que em determinada altura para progredir numa dessas direcções tem obrigatoriamente de *recuar* na outra. Demonstrei que é admissível que um país que siga este padrão possa, mesmo assim, progredir nos dois aspectos (Hirschman, 1986b). A sequência “contra o vento” é, evidentemente, mais complicada do que as de crescimento desequilibrado que anteriormente referira, mas mesmo assim é preferível às sequências interrompidas que aqui apresentei.



escolha de seqüências, devem também ter-se em conta situações em que um passo em frente *destrói* o seguinte. Essa possibilidade existe, de facto, no caso actual das prioridades nos países ex-comunistas. Por exemplo, a insistente procura de um equilíbrio geral da economia e da estabilidade dos preços pode dificultar ou até impedir que um país avance rapidamente com a reestruturação, as privatizações ou mesmo com a democratização. Uma atenção constante e uma análise sistemática das eventuais “seqüências interrompidas” podem avisar de alguns dos perigos mais traiçoeiros que aguardam as actuais experiências de transformação social.

O síndrome da imobilização é um campo de investigação proporcionado pelo argumento da ameaça. O espaço que lhe dediquei no meu livro, no capítulo sobre a tese da ameaça, foi limitado (da página 127 à 132), mas ele merece, sem dúvida, um tratamento mais extenso. As reflexões sobre a tese da ameaça conduziram-me, simultaneamente, a um tema ainda mais vasto: o universo da retórica do progresso por oposição à da reacção. Decidi esboçá-lo num sexto capítulo originalmente não planeado e que levou à redacção do capítulo final. Mas há ainda muito a dizer. Referir-me-ei, agora, à origem desse sexto capítulo, à sua recepção e possível utilidade, sobretudo na nova situação que surgiu depois de o ter concluído.

2. A origem e a recepção de um capítulo “auto-subversivo”

O estímulo que está na origem do meu livro é bastante evidente logo na primeira frase. Refiro aí que “em 1985, não muito depois da reeleição de Reagan”, a Fundação Ford “[preocupada] com as crescentes críticas neoconservadoras aos programas de assistência e política social” tomou a iniciativa de reunir um grupo de pessoas para reflectirem sobre a chamada “crise do Estado-Providência”. Acontece que eu estava também preocupado, e muito descontente com o caminho que o país parecia estar a seguir. A sensação de perigo e a irritação com a ofensiva neoconservadora são, talvez, os responsáveis pelo tom dos primeiros cinco capítulos do livro. Foram escritos com um arrebatamento que havia algum tempo não me acometia. O estilo desses cinco capítulos confere ao livro o carácter de manifesto anti-conservador ou, pelo menos, anti-neoconservador, como foi notado em algumas críticas favoráveis, entre elas a de Jean Daniel que, no seu editorial do *Nouvel Observateur* (de 25 de Abril de 1991), escreve que o meu livro lhe tinha acalmado as “dúvidas sobre se o pensamento de esquerda ainda existiria”.

Precisamente pelas mesmas razões, outros críticos ficaram menos satisfeitos. Na verdade, a posição defendida nos cinco primeiros capítulos parece ter o dom de enfurecer certos leitores. O melhor exemplo dessas reacções é a violenta crítica de Raymond Boudon (1992) na revista, publicada bimestralmente em Paris, *Le Débat*⁵. Nos Estados Unidos, *The Public Interest*, revista trimestral que depois de uma viragem neoconservadora nos anos 70 se tem empenhado em demonstrar a perversidade de todo e qualquer programa de política social do governo, também publicou uma recensão fortemente desfavorável (Muller, 1991).

Perante a assumida exaltação política subjacente ao meu livro, a questão é saber porque é que alterei a minha posição no sexto capítulo intitulado “Da retórica da reacção para a retórica do progresso”. Seja-me permitido contar a história dessa decisão. Durante os três a quatro anos que demorei a redigir o manuscrito, nunca me ocorreu escrever tal capítulo. E quem sabe se não foi melhor assim: se ele constasse dos meus planos iniciais, talvez o livro nunca tivesse sido escrito porque o “arrebatamento” de que falei e me acompanhou durante a primeira fase de redacção podia ter esmorecido. Em boa hora a possibilidade de encontrar argumentos de “progresso” muito diferentes dos de “reacção” — de facto o seu oposto — só me surgiu quando já havia terminado a extensa apresentação das teses da perversidade, da inutilidade e da ameaça ao longo das três épocas da História que abordei nos capítulos dois, três e quatro, por outras palavras, quando já tinha escrito o grosso do livro⁶. Só quando comecei a escrever a primeira versão das “Reflexões sobre a tese da ameaça” (Hirschman, 1991: 121-127) me ocorreu que era fácil inverter essa tese (a de que uma reforma pode pôr em risco algo já existente e mais valioso). Para isso, bastava defender, com base na “reciprocidade de apoio”, que a reforma proposta era, pelo contrário, essencial para conferir “solidez e peso” (Hirschman, 1991: 124) à que já se realizara. Só quando a construção que tinha edificado já estava bem firme

5 Esta revista publicou recentemente a minha resposta a Boudon (Hirschman, 1992b), que serviu de base a este artigo.

6 O argumento em questão está, obviamente, relacionado com o “princípio da mão oculta” que utilizei há vinte e cinco anos para explicar a razão por que alguns projectos de desenvolvimento devem, às vezes, o êxito a uma subestimação inicial dos seus custos (ou dificuldades em geral) (Hirschman, 1968: cap. 1).

e a tabela de “três por três” (Hirschman, 1991: 135) se encontrava totalmente preenchida, é que me ocorreu a possibilidade de uma série de argumentos se contrapor, ponto por ponto, à lista dos da intransigência. Começando pelo argumento “progressista” do “apoio recíproco”, que se opõe tão directamente ao argumento “reaccionário” da tese da ameaça, tentei encontrar correspondentes semelhantes, embora menos evidentes, para as teses da inutilidade e da perversidade.



Tratava-se, nitidamente, de uma aventura “auto-subversiva”, adaptando a expressão que Nietzsche empregou quando decidiu escrever o virulento manifesto contra Wagner de quem tinha sido, durante anos, fervoroso admirador e íntimo amigo⁷. Hesitei um pouco quando percebi os riscos que isso envolvia — as eventuais acusações de incoerência e de enfraquecimento da argumentação que até aí mantivera contra a retórica da intransigência. Mesmo assim, lancei-me na redacção desse capítulo por razões, para mim, inelutáveis.

Em primeiro lugar, divertia-me, pura e simplesmente, a ideia de continuar a minha argumentação por esta via inicialmente insuspeitada. Todos sabem que criticar um amigo é mais difícil e, portanto, muito mais interessante do que voltar a apontar os erros fastidiosos dos adversários. Daí um certo prazer intelectual nesse exercício de “auto-subversão”.

Em segundo lugar, não afasto totalmente a possibilidade de certos valores morais e intelectuais terem influído na decisão de avançar com o capítulo seis. Depois de essa ideia me ter surgido, prosseguir tornara-se um *dever*. Não actuar dessa forma equivalia a uma auto-censura ou a uma omissão. As minhas preferências intelectuais podem ter sido um outro factor. Durante anos colecionei aforismos ou frases, que às vezes surgem em pares opostos, e que considero especialmente subtis e pertinentes. Um exemplo notável é, por um lado, a frase proto-romântica de Vauvenargues, “*les grandes idées viennent du cœur*” (“as grandes ideias nascem no coração”) e, por outro, a curiosa contra-afirmação de Paul Valéry, “*nos plus importantes pensées sont celles qui contredisent nos sentiments*” (“as ideias mais importantes são as que contradizem os nossos sentimentos”). Como Niels Bohr afirmou, há dois tipos de verdade. Em primeiro lugar há a verdade “pura e simples” de uma afirmação cujo oposto é, obviamente, falso. E há as “grandes verdades” cujos “contrários são também grandes verdades”⁸. O par Vauvenargues-Valéry é um exemplo particularmente feliz dessas “grandes verdades”. Reflectindo agora sobre a elaboração do meu livro posso dizer que isso me permitiu demonstrar a minha simpatia por ambas as afirmações: Vauvenargues inspira os quatro primeiros capítulos e depois cede a Valéry o lugar de santo padroeiro dos dois últimos.

Por fim e mais prosaicamente, fui induzido a escrever o capítulo seis porque daí tirava uma *vantagem* substancial: terminar o livro num tom aberto e positivo. Sem esse capítulo talvez tivesse concluído com o conselho, de certo modo gratuito, aos partidários da retórica da intransigência para que “defendessem as suas causas com mais originalidade, cuidado e contenção”, conselho que tinha dado no final do artigo publicado em *The Atlantic*, uma versão reduzida do capítulo sobre a perversidade. O da retórica “progressista” permitia uma conclusão mais ambiciosa: depois de ter analisado as duas retóricas poderia provar que as discussões entre reaccionários e progressistas — quaisquer deles com os seus próprios argumentos intransigentes — são diálogos de surdos e artifícios para evitar a correcta decisão e comunicação entre as partes opostas, elemento característico de uma democracia.

Nos dois últimos capítulos apercebi-me nitidamente de que o teor da minha mensagem tinha mudado. O meu livro deixara de ser exclusivamente uma obra sobre a *Retórica da Reacção*, título que a par de *Retórica Reaccionária*, eu tinha escolhido em 1985. Como, entretanto, a minha análise se tornara mais equilibrada, propus ao editor outro título que reflectisse essa alteração: *Retórica da Intransigência*, uma expressão que me tinha surgido naturalmente na altura em que escrevia o último capítulo (Hirschman, 1992: 168). Mas não consegui grande coisa com esta sugestão, já que na Harvard University Press todos se opuseram a que “intransigência” figurasse no título. Diziam que o americano médio desconhecia essa palavra (e mesmo que a conhecesse, provavelmente, pronuncia-la-ia mal). Voltei, por isso, ao título primitivo. Refira-se, porém, que *Retórica da Intransigência* foi o título escolhido pelos editores italiano, brasileiro e mexicano. Em França,

7 A expressão de Nietzsche em “Nietzsche contra Wagner” é *Selbstüberwindung*, auto-superação (cf. Nietzsche, 1960: 903).

8 Segundo Niels Bohr o avanço da ciência consiste, aliás, em passar de “grandes verdades” para outras “grandes verdades” (Bohr, 1949: 240). Devo esta referência a Freeman Dyson.



onde há uma grande apetência por obras com uma perspectiva histórica, o editor preferiu o título *Deux siècles de rhétorique réactionnaire* (“Dois Séculos de Retórica Reaccionária”).

Quai foi a reacção dos críticos ao capítulo seis? Como talvez fosse de esperar, o capítulo não me favoreceu muito. Por um lado, os conservadores e os neoconservadores não aprovaram que eu tivesse abordado a “retórica progressista”, e consideraram a inclusão desse capítulo uma manobra soez. Boudon chega a afirmar que, ao escrevê-lo, estava apenas a tentar “provar a minha imparcialidade” (Boudon, 1992). Por outro lado, aqueles que gostam da mensagem dos primeiros capítulos consideram que o sexto é um exercício de excessivo “virtuosismo” intelectual⁹. Muitos críticos parecem perplexos com um capítulo que lhes confunde as categorias simplistas e as expectativas. Há, no entanto, que exceptuar uma recensão: a da tradução alemã do livro (Kallscheuer, 1992). O autor dessa crítica, Otto Kallscheuer, afirma que o capítulo seis é o “verdadeiro *clou*” (*eigentliche Clou*) da obra precisamente porque me permite concluí-lo num tom não sectário.

A história do capítulo seis, que vai sendo talvez demasiado longa, sugere, no entanto, mais alguns comentários. Em primeiro lugar, põe em dúvida a abertura de espírito que geralmente se atribui à investigação dos professores universitários e dos intelectuais. Diz-se que se empenham na “procura da verdade, onde quer que ela se encontre” ou que seguem o caminho “por onde o espírito os levar”. Mas parece ser muito difícil aplicar estas belas palavras a um autor que desenvolva uma ideia que contradiga ou, até certo ponto, se oponha a uma conclusão anterior.

Os cientistas sociais estão, sem dúvida, permanentemente (e muito bem) ansiosos por descobrir efeitos involuntários do comportamento humano e das suas políticas. Mas será que também procuram as *consequências involuntárias dos seus próprios pensamentos*, ou seja, conclusões a que inicialmente não esperavam nem tencionavam chegar? De facto, não é fácil dar exemplos de ideias involuntárias que tenham sido expressamente reconhecidas e cuidadosamente exploradas pelos seus autores numa única e mesma obra. Em princípio, ideias deste tipo não deviam ser raras, pois no fim de contas a pessoa que desenvolve uma determinada linha de raciocínio é quem está em melhor posição para pensar em objecções e contra-argumentos. Mas é aí que surge a auto-censura e que o imperativo da coerência cognitiva se impõe de tal modo que essas objecções não chegam a ser convenientemente exploradas. No meu caso, como já o disse, o facto de ter podido desenvolver posições contrárias às que inicialmente assumira ficou apenas a dever-se à sequência temporal muito particular em que me ocorreram. Na ausência de circunstâncias favoráveis e excepcionais como esta, a maior parte dos autores fixa-se na habitual tese única. Só as obras de pensadores muito criativos, abertos e inovadores é que podem conter múltiplas contradições não resolvidas. Para poderem continuar o seu trabalho, esses pensadores parecem concordar com Emerson que “[...] a coerência é o espantallo dos espíritos tacanhos” e deixam aos críticos a tarefa de lhes apontar as contradições e aos exegetas a tarefa de as conciliar.

III — Algumas sugestões aos autores de reformas para a utilização do meu livro

Como já afirmei, uma das razões que me levaram a escrever o capítulo seis foi a expectativa de poder concluir o livro, não num tom meramente polémico, mas num tom construtivo. A utilidade desse capítulo veio, porém, a ser ainda muito maior, em grande parte devido à influência dos acontecimentos. No início de 1992, fui convidado para participar numa conferência organizada pelo Commissariado Geral do Plano, de França, a realizar em Paris, em Novembro desse ano, sobre “Justiça social e desigualdades”, um tema muito importante no programa desse Commissariado. Pediram-me especificamente que a minha comunicação se baseasse no capítulo seis. Era evidente que os organizadores da conferência estavam interessados em me ouvir falar, com mais pormenor do que no livro, sobre o tipo de “retórica intransigente” que deviam *evitar* se e quando estivessem prontos a propor medidas ou políticas resultantes do trabalho por eles recentemente desenvolvido sobre o tema em discussão. Entretanto, ocorrera uma importante alteração política nos Estados Unidos com a vitória de Bill Clinton nas eleições presidenciais de Novembro de 1992. Ao contrário do que aconteceu em França, os actuais governantes americanos ainda não mostraram qualquer interesse ou vontade de me escutar. No entanto, vou repetir aqui o que disse aos meus amigos franceses. A importância que isso pode ter para os programas e políticas que venham a ser elaborados e propostos em Washington, creio que é bem evidente (Hirschman, 1992c).

9 A expressão é usada por René Rémond (1991) na crítica, extremamente favorável, que fez.



Perante a crítica que fiz no meu livro tanto à retórica reaccionária como à progressista, em que termos é que, hoje em dia, deve formular-se e apresentar-se um programa de reformas? A minha resposta tem duas partes: a primeira está directamente relacionada com os primeiros capítulos do livro que dissecam os principais tipos de retórica “reaccionária” e a segunda com o capítulo seis sobre a retórica “progressista”.

1. Atenção aos argumentos reaccionários

É evidente que os responsáveis por programas de reforma fariam bem se estivesse precavidos contra os eventuais ataques aos seus projectos. Devem também procurar os *verdadeiros* perigos dessas propostas relativamente aos quais os adversários não-de estar mais atentos. Por estes dois motivos, os autores das reformas devem conhecer os principais argumentos “reaccionários” e prestar-lhes atenção. Parece-me que os capítulos sobre as teses da perversidade, da inutilidade e da ameaça serão valiosos nesses dois aspectos, já que fornecem uma noção e uma orientação sobre os principais contra-argumentos e armadilhas que qualquer projecto de reforma tem sempre de enfrentar.

Esta espécie de prospecção dos perigos e das objecções é actualmente muito comum. De facto, a experiência das recentes reformas e das críticas que lhes são feitas, obriga a uma intensa procura de possíveis efeitos perversos que, no entanto, é por vezes excessiva.

Vou citar um caso. Não há muito tempo, fizeram-se nos Estados Unidos várias propostas para melhorar o auxílio à criança. No caso de um agregado monoparental propunha-se que parte do aumento do subsídio concedido aos filhos fosse paga pelo progenitor ausente ou “não detentor da tutela” (geralmente o pai) retendo automaticamente na fonte a parte do vencimento correspondente à contribuição devida. Esta forma de melhorar a situação económica das crianças sem recursos começou por ser aplicada no estado de Wisconsin, e a proposta era alargar a sua aplicação por meio de legislação federal.

Foi, então, distribuído um interessante relatório por todos os elementos que participavam na discussão¹⁰, onde procurava incluir-se todas as possíveis “repercussões involuntárias” decorrentes desse plano. A lista era surpreendentemente longa e variada. Como reagirão os eventuais pais solteiros sabendo que, no futuro, lhes será, obrigatoriamente retirada uma determinada quantia dos seus rendimentos? Podem insistir para que a mulher que engravidaram aborte, podem procurar empregos “clandestinos” evitando, assim, a retenção na fonte, podem “desaparecer”, isto é, ir viver para outro estado com nova identidade e novo registo de segurança social, etc., etc. Há inúmeros estratagemas para fugir à medida proposta. É fundamental pensar antecipadamente nesses subterfúgios e na sua ampla divulgação, já que nessas circunstâncias podem surgir efeitos perversos da política proposta, por exemplo, um aumento generalizado da criminalidade, do número de abortos, etc.

Admitir apenas a possibilidade de reacções perversas, de facto, pouco nos diz sobre os seus eventuais *efeitos*. Tentei também demonstrar no capítulo sobre a tese da perversidade que muitas das consequências *involuntárias* das políticas públicas não são forçosamente *perversas* e que, muitas vezes, a natureza desses efeitos perversos acaba por permitir que “uma margem positiva sobreviva ao ataque [deles]” (Hirschman, 1991: 41). Os autores dos projectos de reforma, quando avaliam os possíveis resultados dessas políticas, devem estar atentos não só à probabilidade de que tal aconteça, mas também à eventual extensão dos verdadeiros efeitos perversos. Caso contrário, tornam-se exageradamente receosos e, regra geral, ficam paralizados por perigos imaginários.

Pode daqui concluir-se que, se por um lado, o recente hábito de prever os perigos que espreitam as novas medidas propostas deve ser aplaudido, por outro, os autores dos projectos de reforma devem ter em conta o princípio económico elementar segundo o qual uma análise não deve ir além do ponto em que o custo marginal da análise exceda o seu benefício marginal (Stigler, 1961).

Este princípio pode parecer menos abstracto (e menos tautológico) se acrescentarmos duas observações. Em primeiro lugar, uma pesquisa “completa” das repercussões negativas tem um custo psicológico: um excesso de confiança. Uma procura incessante de efeitos perversos pode, só por si, ter um efeito perverso: levar os autores das reformas a não se acautelarem suficientemente dos perigos reais. Em segundo lugar, e mais importante ainda, há que aceitar que é impossível prever todos os eventuais riscos e perigos. Mesmo à

¹⁰ O autor desse relatório, a quem agradeço ter-me facultado, foi Robert D. Reischauer, nessa altura economista na Brookings Institution e, actualmente, director do Joint Congressional Economic Committee.



pesquisa mais minuciosa escapam sempre alguns efeitos negativos que só a evolução dos acontecimentos deixará transparecer. Esta incapacidade de prever dificuldades futuras parecerá menos preocupante se aceitarmos que também não podemos conhecer de antemão as soluções que nos podem surgir perante os factos¹¹.

Concluindo, há muita sabedoria na forma como Racine resumiu a questão na *Andrómaca*:

[...] *tant de prudence entraîne trop de soïn*
*Je ne sais point prévoir les malheurs de si loin*¹².

2. Contenção no recurso à retórica progressista

Obervemos agora os argumentos retóricos “intransigentes” frequentemente usados pelos autores de projectos de reforma e que foram referidos no capítulo seis. A mensagem que aí lhes é dirigida é a da prática de contenção: aconselho-os implicitamente a evitarem — ou a usarem com moderação — esses argumentos na defesa das suas políticas ou dos seus programas, por muito eficazes e persuasivos que tais argumentos possam ser ou parecer.

Essencialmente, os argumentos progressistas que, a meu ver, correspondem ou equivalem às teses “reaccionárias” da perversidade, da inutilidade e da ameaça, são os seguintes:

1 — Deve adoptar-se uma nova medida ou uma nova política, caso contrário, tal como as coisas estão não tardará a atingir-se uma *situação desesperada* que obrigue a uma acção imediata independentemente das conseqüências — este argumento tenta afastar e neutralizar a tese da perversidade;

2 — Deve adoptar-se uma nova medida ou uma nova política porque é essa a “lei” ou a “corrente” da história — este argumento é o correspondente da tese da inutilidade, segundo a qual qualquer esforço de mudança redundará em fracasso devido à “inexorabilidade” de muitas leis”;

3 — Deve adoptar-se uma nova medida ou uma nova política porque ela vai *consolidar* transformações anteriores — esta é a réplica progressista da ameaça de que uma nova medida destrói o que já se conquistara.

Até que ponto é ou não possível, para quem propõe uma reforma, evitar recorrer a estes argumentos?

Enumerarei os três argumentos, partindo, a meu ver, do mais fácil para o mais difícil de evitar. O que mais facilmente se dispensa é a afirmação alarmista de que será calamitoso não avançar, não dar esse novo passo. Pode chamar-se a este tipo de argumento chantagem da “calamidade iminente” ou da “revolução iminente”. Este foi um processo muito utilizado pelos progressistas e reformistas do Ocidente na apresentação dos seus programas, sobretudo depois de 1917 quando no horizonte das sociedades ocidentais pairava a ameaça da revolução social. Houve uma variante importante desta forma de argumentação que se generalizou depois da Segunda Guerra nas discussões sobre a ajuda a conceder aos países do terceiro mundo com baixo rendimento nacional: o perigo a evitar — através da concessão de auxílios financeiros — era aqui duplo, ou seja, a revolução e a perspectiva assustadora de “deixar fugir” esses países para a zona de influência da União Soviética.

Durante algum tempo, este tipo de argumentação relativamente à redistribuição nacional ou internacional do rendimento desgastou-se de tanto uso. Depois dos acontecimentos de 1989-91, perderam grande parte de sua utilidade com a queda do comunismo e da União Soviética. Como, há muito tempo, Gunnar Myrdal disse, os progressistas podem e devem defender convincentemente as políticas que propõem com base no *mérito* e na *justiça* delas, e não alegando serem imprescindíveis para afastar este ou aquele perigo imaginário.

E relativamente ao argumento de que determinada política progressista deve ser adoptada por ser essa a “corrente” da história, a “vaga do futuro” e que, portanto, é vão e ignóbil tentar impedi-la? Este argumento também não é muito difícil de evitar, em parte porque a própria corrente da história, com as recentes convulsões e ritmo de Fukuyama, parece contradizer fortemente uma interpretação dos factos consentânea com a noção de “corrente-da-história”!

¹¹ Esta questão relaciona-se também com o “princípio da mão oculta” referido na nota 6.

¹² “[...] Tamanha prudência gera cuidado a mais/ Para poder ver os perigos estou longe demais”.



O argumento de que uma determinada política deve ser adoptada porque acompanha os inelutáveis ventos da história e de que qualquer tentativa de oposição acabará fatalmente no “caixote do lixo” da história aproxima-se muito da visão de catástrofe inevitável em caso de rejeição de um programa político avançado. Quando me esforçava por apontar no meu livro as grandes diferenças entre a tese da inutilidade e da perversidade, os equivalentes “progressistas” destes dois argumentos mostraram ter muito em comum. Em ambos os casos se faz um apelo não à razão e ao discernimento humanos, mas à ansiedade e ao medo, e ambos os argumentos apresentam a característica de, devido aos recentes acontecimentos históricos, terem perdido credibilidade nos tempos que correm. Perante isto, pouco custa seguir o meu conselho de não recorrer a eles.

As coisas são, porém, muito diferentes no caso de um outro argumento “progressista” relativamente ao qual aconselho, aos meus amigos progressistas, um uso moderado. Refiro-me ao argumento de que uma proposta de reforma não só é compatível com anteriores progressos, como até os reforça e será reforçada por eles. Também é frequente ouvir os progressistas dizerem que “o bom atrai o bom” ou que não há possibilidade de conflito entre dois objectivos desejáveis, por exemplo, que “a escolha entre protecção do ambiente e crescimento económico não tem razão de ser”. Esta argumentação é aliciante e aparentemente inócua e o meu conselho não será o de nunca se recorrer a ela. Dada a grande vantagem que os autores de projectos de reforma têm em utilizar o argumento do reforço mútuo em vez do argumento da ameaça, podem vir a descobrir — e a querer então invocar — várias razões mais ou menos óbvias da existência ou da probabilidade de virem a surgir “sinergias” entre duas medidas propostas.

Em minha opinião, os autores de projectos de reforma devem eles próprios meter mãos à obra e procurar eventuais conflitos ou fricções entre aquilo que propõem e medidas tomadas anteriormente, ou entre duas propostas simultâneas, em vez de deixar essa tarefa aos seus adversários. Se o não fizerem e não estiverem preparados para aceitar a ideia de que qualquer transformação comporta sempre custos, ficarão sem armas para discutir eficazmente com os adversários conservadores.

Mas há uma hipótese ainda pior. A convicção, decorrente da tese das vantagens recíprocas, da inexistência de custos de uma determinada reforma e, portanto, da inexistência de obstáculos à sua concretização pode facilmente descambar para a ideia de que nada *deve* impedir essa concretização. Por outras palavras, os que se convencem de que não há conflitos possíveis entre a transformação que defendem e outros aspectos positivos da sociedade de que fazem parte podem passar a contestar veementemente esses mesmos aspectos se e quando, contra todas as expectativas, eles vierem a constituir obstáculos ao “progresso”. Os defensores de uma reforma podem, assim, ser tentados a agir de acordo com o princípio de que “os fins justificam os meios” e acabar por *dar razão à tese da ameaça* ao sacrificarem tão prontamente, em nome do passo em frente pelo qual tanto se batem, benefícios anteriormente conquistados. Um exemplo extremo desta dinâmica é-nos dado no romance de Kleist *Michael Kohlhaas* onde a desmedida ânsia de justiça de um homem o transforma em criminoso. É evidente que não é logicamente necessário que os progressistas tenham de seguir este caminho escorregadio, mas o facto de se saber que era assim que costumavam agir é um forte argumento a favor da moderação em futuras reivindicações de “vantagem recíproca”, “sinergia” ou “escolha errada”.

Vou agora resumir, em três pontos, os meus conselhos “práticos” aos autores de propostas de reforma:

1 — Devem estar cientes das principais objecções que possam ser levantadas às suas propostas e tentar reduzir-lhes a vulnerabilidade relativamente aos argumentos de perversidade, inutilidade e ameaça; não devem, contudo, ser demasiado timoratos e embrenhar-se numa infundável busca de todos os possíveis efeitos perversos;

2 — Devem evitar dizer que “a história está do lado deles” ou, no caso de uma proposta sua não ser aceite, que o resultado será a revolução ou qualquer outra catástrofe; como depois da queda do comunismo estes argumentos perderam fascínio e poder de persuasão, já não é tão necessário aconselhar cuidado e moderação no seu emprego; de repente tornou-se mais *eficaz* do que nunca defender propostas de reforma com base em argumentos de ordem estritamente moral;

3 — Isto não significa, porém, que cessem as atitudes intransigentes por parte de quem propõe uma reforma. Exemplo disso é a conhecida tese da “sinergia”, segundo a qual todos os projectos de reforma, de ontem, de hoje e de amanhã, se apoiam mutuamente, sendo impensável qualquer conflito entre eles; esta



atitude não só descarta a complexidade das sociedades em que vivemos como não faz justiça às deliberações democráticas, fruto, por natureza, de compromissos e concessões mútuas. Além disso, a simpática máxima de que “o bom acompanha o bom” pode escamotear a intenção de alguém impor uma “coisa boa” à custa das outras coisas boas.

Seria bom que os autores de projectos de reforma descobrissem os perigos que as suas propostas podem representar para os valores e os objectivos da sociedade em que vivem. Por exemplo, seria estupidez defender que para incentivar o crescimento económico e para corrigir ou atenuar as desigualdades sociais daí decorrentes, as políticas necessárias são exactamente as mesmas. A solução é talvez descobrir uma combinação de políticas que prejudique o menos possível os objectivos específicos de cada uma delas. Aproximar-nos-emos mais dessa combinação ideal, se admitirmos desde o início que estamos perante dois objectivos entre os quais, geralmente, há muitas tensões e conflitos.

Conclusão: a virtude compensa?

Tal como inicialmente fora concebido, o meu livro tinha um objectivo: ajudar a conter a onda neoconservadora dos anos oitenta. Neste artigo, mostrei de que forma o meu livro, agora num contexto político diferente, pode ter uma utilização muito diversa: sugerir um novo estilo e uma nova retórica relacionada com a elaboração de políticas “progressistas”. Esta versatilidade não é vulgar e ficou a dever-se à decisão de seguir certas ideias que involuntariamente me surgiram enquanto escrevia o livro, uma decisão que teve uma grande e inesperada recompensa. Moral da história: mesmo em especulações intelectuais, a honestidade pode provar ser a melhor política.

Referências Bibliográficas



- Bohr, Niels (1949) Discussion with Einstein on Epistemological Problems in Atomic Physics in Schilpp, P. A. (org.), *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*, Evanston, The Library of Living Philosophers.
- Boudon, Raymond (1992) La rhétorique est-elle réactionnaire?, *Le Débat*, 69 (Março-Abril).
- Elbaum, B.; Lazonick, W. (org.) (1986) *The decline of the British Economy*, Oxford, Clarendon Press.
- Hirschman, Albert O. (1958) *The Strategy of Economic Development*, New Haven, Yale University Press.
- Hirschman, Albert O. (1968) *Development Projects Observed*, Washington, DC, Brookings.
- Hirschman, Albert O. (1971) The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America in *A Bias for Hope*, New Haven, Yale University Press.
- Hirschman, Albert O. (1986a) *Rival Views of Market Society and Other Recent Essays*, New York, Viking Press.
- Hirschman, Albert O. (1986b) A Dissenter's Confession: The Strategy of Economic Development Revisited in Hirschman, Albert O., *Rival Views of Market Society and Other Recent Essays*, New York, Viking Press, 27-32.
- Hirschman, Albert O. (1989a) *Two Hundred Years of Reactionary Rhetoric: The Case of the Perverse Effect*, Tanner Lecture in Human Values, vol. 10, Salt Lake City, University of Utah Press, 1-32.
- Hirschman, Albert O. (1989b) Reactionary Rhetoric, *The Atlantic*, May, 63-70.
- Hirschman, Albert O. (1991) *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Hirschman, Albert O. (1992a) Industrialization and its Manifold Discontents — West, East and South, *World Development*, 20, 1225-1232.
- Hirschman, Albert O. (1992b) L'argument intransigent comme idée reçue. En guise de réponse à Raymond Boudon, *Le Débat*, 69, 92-109.
- Hirschman, Albert O. (1992c) *Progressive Rhetoric and the Reformer*, comunicação apresentada na conferência organizada pelo Commissariat Général du Plan, Paris, Novembro.
- Kallscheur, Otto (1992) Suplemento sobre a Feira do Livro de Frankfurt, *Die Zeit*, 2 de Outubro.
- Kirby, M. W. (1992) Institutional Rigidities and Economic Decline: Reflections on the British Experience, *Economic History Review*, 45, 637-660.
- Lazonick, W. (org.) (1986) *The decline of the British Economy*, Oxford, Clarendon Press.
- Merton, Robert (1936) The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action, *American Sociological Review*, 1, 895.
- Muller, Jerry Z. (1991) Albert Hirschman's Rhetoric of Recrimination, *Public Interest*, 104, 81-92.
- Nietzsche, F. (1960) Nietzsche contra Wagner in *Werke* (Schlechta, K., org.), Munique, Hanser, vol. 2.
- Rémond, René (1991) *Le Monde* de 19 de Abril.
- Rosanvallon, P. (1992) *Le Sacre du citoyen: Histoire du suffrage universel en France*, Paris, Gallimard.
- Sen, Amartya (1992) The Darwin Lecture, *The London Review of Books*, vol. 14, 21.
- Stigler, George J. (1961) The Economics of Information, *Journal of Political Economy*, 61, 213-225.